



SIDNEY BITTENCOURT

PREGÃO ELETRÔNICO

4ª edição

Revista, atualizada e ampliada

Decreto nº 5.460/2005

**Considerando a Lei nº
10.520/2002**

Modalidade licitatória que foi instituída por MP, no ano de 2000, o PREGÃO teve sua forma presencial regulamentada pelo Decreto nº 3.555/2000. Posteriormente, a MP foi convertida na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, corrigindo falha importante do diploma original — que só permitia a adoção do pregão pelos entes da União —, determinando a sua abrangência a todas as esferas federativas (União, Estados, Municípios e Distrito Federal).

Entre as enormes vantagens, uma chamou a atenção de forma marcante: a possibilidade do uso da Tecnologia da Informação, com a adoção dos infinitos recursos da internet, o que possibilitou vir à tona no ordenamento jurídico pátrio o pregão eletrônico. Inicialmente regulamentado pelo Decreto nº 3.697/2000, hoje o pregão na forma eletrônica está regulamentado pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

Neste livro, o autor esmiúça todos os dispositivos dessa ferramenta regulamentar — trabalho pioneiro no mercado editorial jurídico quando de sua 1ª edição —, sempre considerando as regras determinadas pela Lei nº 10.520/2002.

Nesta 4ª edição, o autor, além da natural atualização – quando comenta novidades trazidas à lume com a evolução natural da aplicação prática –, enriquece a obra, ampliando apreciações sobre diversas situações técnico-jurídicas da matéria, revendo posicionamentos, após acurada reflexão sobre questões apresentadas no dia a dia de seu labor como consultor e docente, e faz constar, em função de árdua pesquisa, novos entendimentos doutrinários e importantes decisões sobre o assunto emanadas pela Poder Judiciário e por Cortes de Contas.

e a Lei Complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014, que estabelece tratamento diferenciado e favorecido nas contratações públicas às microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física e microempreendedores individuais

Prefácio
Ricardo Oliveira Barros

340 páginas

Editora Gestão Pública

<http://www.gestaopublica.com.br/pregao-eletronico.html>

EXCERTO DO PREFÁCIO DA OBRA:

É interessante ressaltar que, no primeiro semestre de 2014, o comércio eletrônico brasileiro registrou faturamento de R\$ 16 bilhões, alta de 26% em relação ao mesmo período do ano anterior,³ tendo essa margem de aumento sido mantida em 2015.)

Um bom exemplo são as vendas pela internet no Brasil que evidenciam um mercado dinâmico e competitivo. É interessante ressaltar que, no primeiro semestre de 2014, o comércio eletrônico brasileiro registrou faturamento de R\$ 16 bilhões, alta de 26% em relação ao mesmo período do ano anterior, tendo essa margem de aumento sido mantida em 2015.

Nesse contexto, é indiscutível a adequação do Decreto nº 5.450, de 31.5.2005, que trata do pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação e, por conseguinte, torna-se clara a importância e a oportunidade do livro *Pregão eletrônico*, escrito pelo professor Sidney Bittencourt.

É evidente que o cenário motivado pelo dinamismo e pela frequência dessas mudanças, geradas pelos avanços das soluções de tecnologia de informação, tem delineado nas mais diversas áreas de atividade um novo perfil de profissionais que apresentam inúmeras habilidades, dentre as quais destaco o empreendedorismo, o raciocínio estratégico e a criatividade, como é o caso do professor Sidney Bittencourt, autor de mais de vinte livros, todos alinhados com os princípios da sociedade contemporânea e com a realidade atual das organizações.

A obra certamente está longe de ser mais um livro no mercado, ao contrário, é fruto de um estudo científico, de paciente pesquisa e da profícua experiência do autor.

Não obstante a especificidade do assunto, firma-se o livro como uma eficiente fonte de consulta e de aprendizado, pois a cada página é evidenciada a preocupação do mestre em estruturar o trabalho de modo a transmitir aos leitores substancial lastro de conhecimento sobre os aspectos legais do pregão eletrônico.

Através dessa publicação, valiosos subsídios serão oferecidos aos que trabalham com o Direito Administrativo, aos administradores públicos, aos que pretendam vender ou já vendem para o Governo e por que não aos profissionais de TI que pretendem projetar, desenvolver e viabilizar a utilização de sistemas de compras eletrônicas via internet, no âmbito das instituições públicas.

Ricardo Oliveira Barros

Mestre em Ciências em Sistemas e Computação (IME/RJ)

Doutor em Engenharia de Sistemas e Computação (COPPE/UFRJ)